

ALLIANZ SAÚDE S.A.

CNPJ nº 04.439.627/0001-02

www.allianz.com.br



12.2 Passivo de Arrendamento

Os passivos de arrendamento consolidados foram registrados de acordo com o CPC 06 (R2) e sua adoção inicial está descrita na nota 3.9.

12.2.1 Movimentação dos passivos de arrendamento

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro	3.278	4.373
Remensuração	(3.278)	(88)
Pagamentos de arrendamentos	-	(1.206)
Despesas de juros	-	199
Saldo em 31 de dezembro	-	3.278
Circulante	-	3.278
Não Circulante	-	-

Os contratos de arrendamento, de acordo com os critérios definidos no CPC 06 (R2), eram remensurados quando da alteração contratual. Em 2024 os contratos foram encerrados.

12.2.2 Pagamentos Mínimos Futuros

Não existem registros de obrigações financeiras futuras, referente ao contrato de aluguel, no exercício de 2024.

Os vencimentos apresentados no exercício de 2023 foram:

	31/12/2023		
Vencimentos	Pagamento mínimo futuro	Despesa financeira	Valor presente
Até 1 ano	3.530	(252)	3.278
Totais	3.530	(252)	3.278

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital social - O capital social, totalmente subscrito e integralizado de R\$ 292.837 em 31 de dezembro de 2024, e é representado por 174.957.422 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, em 2024 não houve alterações de capital.

As variações no capital social ocorrida no ano de 2023, estão demonstradas no Demonstrativo de Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.

13.2 Ajuste de avaliação patrimonial - Resultado da avaliação dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2024 o montante registrado nessa rubrica é de (R\$ 1.191) ((R\$ 651) em 31 de dezembro de 2023).

14. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	31/12/2024	31/12/2023
14.1 Prêmios retidos	33.779	434.326
Prêmios emitidos	46.425	466.181
Prêmios cancelados e restituídos	(12.646)	(31.855)
14.2 Tributos diretos das operações com planos de assistência à saúde	(314)	(2.100)
COFINS/PIS operacional	(314)	(2.100)
14.3 Sinistros retidos	(47.834)	(429.980)
Sinistros avisados	(74.362)	(448.178)
Recuperação de sinistros	93	4.479
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	26.435	13.719
14.4 Despesas de comercialização	(2.111)	(39.945)
Comissão sobre prêmio emitido/agenciamento	(2.111)	(39.945)
14.5 Outras receitas e despesas operacionais	5.488	(9.007)
(Constituição) / Reversão da redução ao valor recuperável-prêmios...	4.050	(2.574)
Provisão para contingência operacional	(4.235)	(3.216)
Manutenção da rede credenciada	(1.109)	(2.842)
Programa de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(108)	(353)
Material de produtos - marketing	(28)	(34)
Outras receitas e despesas	6.393	12
Encargos sociais de operações com seguros	525	-
14.6 Despesas administrativas	(14.359)	(35.734)
Pessoal	(8.205)	(26.074)
Serviços de terceiros	(3.207)	(5.499)
Localização e funcionamento	(581)	(1.743)
Impostos	(356)	(505)
Publicidade e propaganda	(1.105)	(921)
Taxa de Saúde Suplementar	(95)	(146)
Outras despesas administrativas	(810)	(846)

14.7 Resultado Financeiro	22.463	34.910
Receitas financeiras	22.036	35.245
Ativos financeiros disponíveis para venda	18.349	32.762
Juros Apropriados	16.875	31.140
Juros recebidos	1.464	1.464
Ganhos realizados	10	158
Demais	3.687	2.483
Ativos financeiros - Equivalente de caixa	-	-
Operações de seguros	11	246
Atualização de depósitos judiciais - contingências fiscais (NE 10)	1.649	-
Juros Selic sobre impostos federais	1.339	2.130
Outras	688	107
Despesas financeiras	427	(335)
Atualização de contingências fiscais (NE 10)	572	(21)
Tarifas bancárias	(1)	(88)
Ativos financeiros disponíveis para venda - Perdas realizadas	(2)	(16)
Despesa com juros de passivo de arrendamento	(122)	(199)
Operações financeiras IOF	(4)	(5)
Outras despesas	(16)	(6)
14.8 Resultado patrimonial	-	109
Despesa na alienação de bens do ativo permanente	-	(3)
Resultado na alienação de bens do ativo não corrente	-	112

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes dos impostos e após as participações	53.883	(55.078)
Alíquotas nominais:		
IRPJ - 25%	(13.471)	13.770
CSLL - 15%	(8.082)	8.262
Efeito das (adições)/exclusões:		
Ajustes permanentes	(155)	(91)
Provisões para contingências fiscais e cíveis	(931)	689
Provisões para perdas	1.620	1.029
Provisões com funcionários	1.175	331
Outras provisões	254	164
Efeitos de compensação e incentivos fiscais *	6.093	(24.154)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(13.497)	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(13.497)	-

*Efeito da não constituição de impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa e incentivos fiscais.

16. PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas à Seguradora, sua controladora Allianz Seguros, seus diretores e demais membros-chave da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05.

A Seguradora compartilha com a sua controladora Allianz Seguros certos componentes da estrutura operacional e administrativa que se baseiam nas seguintes operações: (a) os colaboradores da Allianz Seguros são beneficiários de seguro-saúde emitido pela Seguradora; (b) os colaboradores da Seguradora são beneficiários de seguro de vida contratados junto à Allianz Seguros; (c) custos administrados relacionados a comercialização de seguros; (d) custos com tecnologia da informação e marketing.

Com as demais empresas relacionadas a Seguradora mantém transações decorrentes de intermediação de operações de seguros (S), prestação de serviços e serviços administrativos (P).

	31/12/2024				31/12/2023			
	Tipo	Ativo	Passivo	Receita Despesa	Ativo	Passivo	Receita Despesa	
Partes relacionadas								
Allianz Global Corporate & Specialty Resseg Brasil S.A.	S	-	-	-	-	-	1.997	-
Allianz SE	P	-	-	(453)	-	-	-	(1.032)
Allianz Global Health GMBH	P	-	-	(610)	-	-	-	-
Allianz Seguros S.A.	S/P	-	3.320	-	103	42.085	(1.205)	-
AWP Service Brasil Ltda (Mondial)	S	1.186	228	(10)	1.186	3.340	(325)	-
Euler Hermes Seguros de Crédito S.A.	S	-	-	-	-	1.663	-	-
Pimco Latin America Administradora de Carteira	P	-	106	-	-	1.031	-	-
Totais		1.186	3.654	(1.073)	1.289	50.116	(2.562)	

17. CONCILIAÇÃO ENTRE LUCRO LÍQUIDO E FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Em conformidade com o CPC 03 (R2) Demonstrações dos fluxos de caixa emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais está assim apresentada:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	40.386	(55.078)
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	87	913
Variação da redução ao valor recuperável dos ativos	(4.050)	2.574
Variação das provisões técnicas	55.222	(18.885)
Variação outros ativos e passivos	3.400	243
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	38.564	81.900
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6.714	(1.895)
Créditos Tributários e Previdenciários	(479)	(1.507)
Despesas antecipadas	-	-
Outros ativos	38.479	(1.465)
Depósitos judiciais e fiscais	(205)	(70)
Débitos diversos	(47.523)	(9.651)
Impostos e contribuições	(2.796)	(83)
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	(627)	(877)
Depósitos de terceiros	15.857	452
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(152.800)	3.444
Provisões judiciais	5.880	1.799
Imposto sobre lucros pagos	1.979	(230)
Caixa líquido (consumido) / gerado nas atividades operacionais	(1.912)	1.584

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de divulgação desta demonstração financeira não houve eventos subsequentes de ciência da Administração da Seguradora.

19. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Determinadas normas, interpretações ou alterações poderão ser aplicáveis em exercícios posteriores, mediante a aceitação da referida norma, pelo órgão regulador (ANS). Para a preparação das referidas demonstrações financeiras a Administração não considerou a adoção das referidas normas e não pretende adotá-las de forma antecipada.

• CPC 48 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e será aplicável quando referenda pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

• CPC 50 - Contratos de seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo da CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. Este normativo entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Os possíveis impactos decorrentes da aplicação das referidas normas, interpretações ou alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

20. INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Em junho de 2023, a Allianz Saúde, iniciou seu plano de descontinuidade de negócios, em consonância ao plano preparado e apresentado à ANS. Atualmente, a Seguradora concentra sua atuação nos segmentos de Ramos Elementares, Vida e Negócios Corporativos.

A Seguradora, segue cumprindo com todos os seus compromissos até o encerramento das suas atividades, e conta com o suporte de seu acionista controlador.

A DIRETORIA

ATUÁRIO:
Jorge Wilson Euphasio Junior - Atuário MIBA nº 3548

CONTADOR:
Tiago Coelho de Jesus - CRC 1SP-301127/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Allianz Saúde S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Allianz Saúde S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Allianz Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Plano de descontinuidade do negócio

Conforme mencionado nas notas 2 e 20 às demonstrações financeiras, chamamos atenção ao Plano para descontinuidade do negócio apresentado pela Administração da Seguradora a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para a manutenção do cumprimento de seus compromissos até o encerramento das suas atividades com o suporte do seu acionista controlador. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o

Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles

internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-0

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

